

03 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Professores devem entrar hoje com recurso contra decisão do TJ-PR

APP Sindicato vai contestar liminar que determinou retorno ao trabalho das docentes do terceiro ano do Ensino Médio e 30% dos funcionários administrativos

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba – O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato) pretende entrar hoje com recurso contra a decisão do Tribunal de Justiça (TJ-PR) que determinou o retorno dos professores do terceiro ano do Ensino Médio às salas de aula e de 30% dos servidores da área administrativa. O sindicato foi oficialmente notificado da decisão ontem de manhã.

A liminar despachada no último sábado pelo juiz de plantão Victor Martim Batschke estabeleceu um prazo de 48 horas para o cumprimento da decisão. O entendimento da APP é de que o prazo conta a partir da notificação, e não do despacho. Com isso, ontem a liminar não garantiu a retomada das aulas ou o encerramento total da greve dos educadores e funcionários da rede estadual, que entrou ontem na quarta semana. Por enquanto, as aulas permanecem suspensas.

Assembleia marcada para quarta-feira foi "surpresa", diz líder do governo

A assembleia geral da categoria para decidir pelo fim da greve ou não está marcada para amanhã de manhã.

"Até quarta-feira (amanhã), não tem aula", disse o secretário de comunicação da APP Sindicato, Luiz Fernando Rodrigues. Segundo ele, se a categoria entender que a proposta do Governo Estadual é insuficiente, a greve pode continuar.

Rodrigues disse que há dois pontos em que o governo ainda não sinalizou com nenhum tipo de proposta. Um deles é o pagamento de R\$ 96 milhões em progressões e promoções que estão em atraso. O outro é o projeto da previdência que deverá retornar à pauta da Assembleia Legislativa. Há um fundo previdenciário que tem R\$ 8 bilhões e o fundo financeiro, no qual o governo

precisa fazer aportes mensais. Segundo ele, hoje 86% dos aposentados estão no fundo financeiro. A ideia inicial do governo é usar os R\$ 8 bilhões para suprir o fundo financeiro, o que os professores criticam.

De acordo com o líder do governo na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), o Estado entrou na Justiça pedindo a decretação da ilegalidade e da abusividade da paralisação como forma de dar

um retorno à sociedade, uma vez que muitos pais e alunos estão cobrando o início efetivo do ano letivo.

"Esgotado, na quarta-feira (passada), um processo de negociação extremamente bem-sucedido, o governo entendeu que na sexta ou no sábado a APP Sindicato marcaria a assembleia, para que os professores deliberassem se retornariam ou não às aulas neste 2 de março. Para a surpresa de todos, a assembleia foi marcada para um prazo mais extenso, a quarta-feira, dia 4", afirmou.

03 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Novo protesto no Calçadão de Londrina

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina - Os professores da rede estadual de educação abriram ontem a quarta semana de greve com protestos em todo o Estado. Em Londrina, os manifestantes ocuparam o Calçadão pela manhã para cobrar prazos e garantias de que as promessas do governo serão cumpridas.

O presidente da APP Sindicato de Londrina, Márcio André Ribeiro, garantiu que, antes da assembleia marcada para amanhã, ninguém volta às aulas, mesmo com a liminar obtida pelo governo junto ao Tribunal de Justiça do Paraná no fim de semana, que determina que os professores do terceiro ano do Ensino Médio e 30% dos servidores administrativos voltem ao trabalho dentro de 48 horas, contadas a partir das 9h12 de ontem.

“Recebemos a notificação pela manhã. O documento está sob avaliação do setor jurídico, mas como temos a certeza de que nossa greve é perfeitamente legal, ninguém retorna às aulas até quarta-feira”, informou Ribeiro, que contou que os advogados já se preparavam para entrar com recurso da liminar.

Ele voltou a condenar “a falta de diálogo” e a tentativa de resolução por vias judiciais. “Atitudes como essas não ajudam em nada. Estamos muito perto de um acordo, mas queremos o detalhamento de como serão cumpridas nossas reivindicações”, afirmou o sindicalista. Um dos itens prioritários é o calendário das ações. “Precisamos saber quando essas medidas serão tomadas”, cobrou.

A presença de bandeiras e camisetas de partidos políticos durante as manifestações foi condenada pela APP. “Esta é uma luta da categoria, não de exaltação a qualquer legenda política. Não vamos permitir que nossas reivindicações sirvam a outros interesses, portanto, militantes partidários não são bem-vindos”, rechaçou. Ribeiro pediu mais uma vez o apoio da população e garantiu que não haverá prejuízo para os alunos: “Os alunos não serão prejudicados, todo o conteúdo pedagógico será trabalhado”.

03 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia quatro por exploração sexual

Outras cinco pessoas estão na lista de suspeitos do Gaeco e da promotoria por crimes contra adolescentes

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - Chegou a sete o número de denúncias oferecidas pelo Ministério Público à Justiça de Londrina relacionadas a uma suposta rede de exploração sexual de adolescentes. No entanto, a investigação iniciada em janeiro, com a prisão do auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza, parece estar longe do fim. Mais de 20 vítimas já foram identificadas e cinco novos inquéritos devem ser abertos nos próximos dias, para cada um dos novos suspeitos que já estão na mira do Ministério Público e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

O grupo já concluiu sete dos oito inquéritos abertos para apurar os supostos crimes sexuais. Ontem, a promotora da 6ª Vara Criminal de Londrina, Susana de Lacerda, ofereceu denúncias relacionadas a cada um dos suspeitos presos até o momento. O ex-delegado Regional da Receita Estadual de Londrina José Luiz Favoreto Pereira teria participado de encontros sexuais com quatro adolescentes com idades entre 14 e 17 anos. O investigador da Polícia Civil Jefferson Pereira dos Santos teria se envolvido com outras duas adolescentes da mesma faixa etária. Os dois foram denunciados por favorecimento à exploração sexual de adolescentes.

O auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza teria participado de programas sexuais com duas vítimas, sendo uma menor de 14 anos. O fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil do Paraná Marcelo Caramori teria se relacionado com quatro meninas, sendo uma menor de 14 anos. Os dois responderão pelos crimes de favorecimento à exploração sexual e estupro de vulnerável.

Jovens aliciadoras e vítimas em comum formaram a suposta rede descoberta pelo Ministério Público. "Em relação ao Luiz Antônio de Souza, podemos falar em um lapso de quase uma década. As penas tendem a se somar", explicou a promotora. A rede, segundo ela, é formada por "núcleos e usuários efetivos, permanentes e contumazes". "Isso já ficou claro até pelo número de vítimas em relação a alguns desses usuários", relatou.

Os quatro denunciados permanecem presos e estão afastados das funções. As suspeitas também são investigadas em procedimentos administrativos internos abertos nas corregedorias da Receita Estadual e da Polícia Civil. Conforme a promotora, entre os cinco novos suspeitos também há pessoas que ocupam cargos públicos. Os nomes não foram revelados e novas diligências devem ser cumpridas até o final dessa semana. Os advogados dos quatro denunciados não foram encontrados para dar entrevista.

03 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça suspende eleição da Câmara de Uraí e deixa situação indefinida

Luis Fernando Wilteburg
Reportagem Local

Uma decisão judicial anulou a eleição da nova Mesa Diretiva da Câmara de Vereadores de Uraí (Norte Pioneiro), em dezembro passado, e mantém a situação do comando da Casa indefinida. Apesar do cancelamento da eleição, o presidente eleito na ocasião, Willians Hideto Iwai (PMDB) segue no comando da Casa.

A eleição foi suspensa a pedido dos membros da chapa de oposição, composta por Vinícius Laureano (PMN), Ademir Ambrósio (PSC), Adilson Marra (PR) e Lidamar Akyoshi (PSC). O processo teve origem após a maioria dos vereadores abandonarem o plenário devido à impugnação da candidatura de dois parlamentares da chapa opositora. Mesmo sem quórum, a situação se declarou vencedora.

No dia da eleição, o então presidente, Claudinei dos Reis (PPL), que era membro da chapa de situação, indeferiu a participação de Edmar dos Santos (PT), 2º secretário na chapa liderada por Ambrósio. A justificativa era que o petista não poderia participar da Mesa Diretiva por incompatibilidade de horários, já que é servidor da Companhia de Saneamento

do Paraná (Sanepar). A decisão foi tomada pelo próprio presidente, sem ser submetida a plenário.

Diante da impugnação, nova chapa foi composta, com Vinícius Laureano (PMN) na presidência, Ambrósio como vice, Matta na 1ª Secretaria e Lidamar na 2ª secretaria. Entretanto, Reis impugnou a candidatura de Laureano alegando que ele deveria ter se desincompatibilizado da advocacia para pertencer à Mesa. "A atitude foi arbitrária. Primeiro porque a presidência só me impediria de advogar, mas depois de eleito. Segundo que a decisão foi dele, sem ir a votação", reclama o impugnado.

Diante da manobra, os componentes da chapa de oposição e Santos deixaram o plenário, o que, pelo Regimento Interno, barraria a votação. A Mesa Diretiva precisa ser eleita pela maioria simples, ou seja, metade dos presentes mais um, mas, para a eleição ser aberta, o quórum seria maioria absoluta, caracterizada por metade dos vereadores mais um.

Como a Câmara de Uraí tem nove parlamentares, a maioria absoluta seriam cinco vereadores. Com a "debandada", apenas os quatro componentes da chapa de situação permaneceram e se anunciaram vencedores, motivando o pedido judicial de anulação.

Apesar de liminar suspendendo os efeitos da votação, um agravo de instrumento reverteu a decisão, mas, ao julgar o mérito, a juíza Ana Cristina Cremonesi sentenciou a anulação da eleição da Mesa e determinou que o vereador mais velho da Casa assumisse a presidência até nova eleição. Entretanto, ainda em fase recursal, Iwai permanece à frente do Legislativo.

A FOLHA tentou falar com o presidente ontem, mas ele não estava na Câmara e servidores se negaram a informar o telefone celular.

03 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça nega liminar contra mudanças no Fies

Agência Estado

São Paulo - A Justiça Federal recusou um pedido de liminar para revogar as novas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que limitam o acesso de estudantes ao programa de crédito universitário. A ação foi movida pelo Sindicato das Instituições Particulares de Ensino Superior de Pernambuco (Siespe). A norma, de dezembro, prevê que somente estudantes com notas superiores a 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) podem solicitar financiamento. O aluno também não pode ter zerado a redação do exame. O sindicato argumenta que as novas regras prejudicam o processo de expansão do Fies. A Advocacia Geral da União (AGU) afirma que o acesso ao Ensino Superior, diferentemente do ensino básico, é condicional ao desempenho de aprendizagem do aluno, de acordo com a Constituição. Também disse que cabe ao Ministério da Educação (MEC) editar regras sobre o programa. Segundo a AGU, o juiz da 21ª Vara Federal de Pernambuco indeferiu o pedido de liminar do Siespe. O magistrado ainda deu prazo de 20 dias para que a União se manifeste sobre a queixa do sindicato, de quebra da isonomia entre as faculdades com as novas regras. Desde o fim do ano

passado, faculdades particulares e o MEC travaram uma batalha sobre as mudanças nas regras do Fies. Outros sindicatos e entidades também ingressaram com reclamações contra a pasta na Justiça nas últimas semanas. Com a portaria de dezembro, a pasta ainda alterou a fórmula de repasses às instituições, de 12 para oito parcelas. Essa mudança também é motivo de queixa do setor privado.

03 MAR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

SÓ VENDENDO PRA CRER

Governo atende reivindicações dos professores, mas ainda falta tirar promessas do papel

Magaléa Mazziotti
magaleaem@tribunadoparana.com.br

Os professores da rede estadual de ensino não voltaram às aulas ontem, conforme o governo do Estado sugeriu na semana passada. E, ao que tudo indica, o início do ano letivo não será nos próximos dias. O impasse está no abismo entre o fato do governo anunciar que “irá atender todas as reivindicações” e a implementação daquilo que foi prometido.

Em assembleia marcada para amanhã, os professores vão decidir se dão um voto de confiança ao governo e voltam às salas de aula, ou aguardam que as promessas saiam do papel antes de encerrar a greve, que já dura 25 dias. A assembleia está marcada para as 8h30 desta quarta-feira, no estádio da Vila Capanema, em Curitiba. A APP-Sindicato, que representa a categoria, espera a presença de 20 mil professores.

A crise de confiança não é só justificada por tantas idas e vindas nas negociações com o governo de Beto Richa, mas também pela própria realidade das 2.050 escolas estaduais. Conforme a APP-Sindicato, as escolas precisam da liberação da Secretaria Estadual de Educação (Seed) para a abertura de mais turmas, a fim de restabelecer o número ideal de alunos por professor, o chamado porte das escolas.

Isso está relacionado a outro ponto “atendido” pelo governo, mas ainda não efetivado: a recontração dos 10 mil professores temporários, contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS), que foram dispensados no final de 2014.

“Sendo bastante otimista, a partir da chegada da documentação necessária para a abertura de novas turmas se fazem necessários de dois a três dias para que cada escola organize suas planilhas, redistribua horários e turmas”, diz a diretora financeira do Núcleo Curitiba-Sul da APP-Sindicato, Luciana Machado, professora de química do Colégio Estadual Pedro Macedo.

Procurada pela reportagem da Tribuna, ontem a Seed enviou nota dizendo que “todos os trâmites administrativos para atender as negociações com o sindicato que representa os professores estão em andamento”.

NA JUSTIÇA

A liminar obtida pelo governo estadual no final da semana, que determinou o retorno ao trabalho de todos os professores do terceiro ano do ensino médio e de 30% dos funcionários administrativos, foi comunicada oficialmente ontem à APP-Sindicato. Assim, o prazo de 48 horas para o cumprimento da decisão vai coincidir com a data da assembleia marcada para amanhã.

“Mesmo os 30% que o juiz exigiu de retorno são inviáveis diante do quadro atual de funcionários, após a dispensa dos 10 mil PSSs. Começar o calendário escolar sem a implementação do porte das escolas é ter que trabalhar por tempo indeterminado sem a infraestrutura necessária para o funcionamento das escolas. O que não é bom para os funcionários, nem para os estudantes”, alerta a secretária educacional da APP-Sindicato, Valquíria Mazeto.

O QUE ESTÁ EM JOGO

Para a APP-Sindicato o governo precisa implementar estes itens antes do início das aulas:

- ▶ Abertura das matrículas para a comunidade escolar, inclusive da Educação Profissional;
- ▶ Abertura de projetos educacionais para reorganização da escola;
- ▶ Efetivação do porte das escolas;
- ▶ Nomeação de todos os concursados antes da distribuição de aulas;
- ▶ Calendário de nova distribuição de aulas;
- ▶ Dias organizativos na escola para distribuição de aulas;

Outras reivindicações

- ▶ Pagamento dos atrasados das promoções e progressões;
- ▶ Garantia de implantação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) 2015 em agosto e retomada das turmas do PDE de 2013 e 2014;
- ▶ Pagamento das bolsas para estudantes e professores;
- ▶ Retomada das licenças especiais sem condicionamento à disponibilidade orçamentária do Estado;
- ▶ Garantia de que não será apresentado nenhum projeto que retire direitos previdenciários e recursos do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência.

03 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Corrupção na Petrobrás. Pedido para que apurações sejam públicas será feito pelo procurador-geral da República, que começa hoje a solicitar inquéritos contra os parlamentares citados pelos delatores; Janot fará apresentação da lista de envolvidos em partes

Relator da Lava Jato no Supremo deve abrir sigilo de investigações de políticos

*Beatriz Bulla
Andreza Matais
Tátiá Fernandes / BRASÍLIA*

Relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro Teori Zavascki analisa tirar o sigilo de todas as investigações que envolvam políticos ao esquema de desvios da Petrobrás. Os pedidos de investigação de parte dos parlamentares e outras autoridades com foro privilegiado citados pelos delatores do escândalo devem ser entregues hoje à Corte pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A partir do pedido do procurador, o Supremo decidirá se autoriza ou não inquéritos.

Nem todos os políticos citados deverão estar incluídos na primeira parte da lista de Janot. Isso porque os processos de delação premiada, assim como diligências sigilosas, ainda estão em curso. Já foram citados políticos do PT, PP, PMDB, PSB e PSDB.

As investigações da Lava Jato geraram até agora 130 inquéritos policiais que irão resultar em

novas frentes da investigação envolvendo autoridades com foro. Os "inquéritos filhotes" da Lava Jato foram abertos apenas a partir de informações do doleiro Alberto Youssef, um dos principais delatores do esquema de corrupção na Petrobrás. A estimativa dos policiais é de que esse número seja ampliado com o avanço das investigações e consequentemente o número de parlamentares envolvidos.

Uma das novas frentes concentra-se em fatos no setor elétrico.

No caso da Petrobrás, a ponta do esquema de corrupção irá se fechar a partir do pedido de abertura de inquérito ao STF pela Procuradoria da República contra políticos com mandato. Já foram presos os doleiros, responsáveis por lavar o dinheiro do esquema, e os empresários, que financiavam a corrupção. A Lava Jato foi iniciada pelos doleiros – o braço financeiro da organização que ao ser desestruturado acabou revelando todo o esquema desbaratado pela operação.

A opção dos procuradores de enviar ao STF pedidos de abertura de inquérito nesse primeiro momento tem como objetivo tornar as denúncias – acusações formais à Justiça – mais consistentes. Denunciar os políticos só com informações iniciais colhidas pela Polícia Federal tornaria os processos frágeis, na avaliação da força-tarefa da Lava Jato.

Um dos envolvidos nas investigações chegou a comparar o atual momento com a experiência do mensalão. A Procuradora, à época, denunciou os políticos envolvidos ao invés de pedir a abertura de inquérito a fim de aprofundar a investigação.

Num primeiro momento, o núcleo político foi condenado pelo Supremo por formação de quadrilha, tese que foi derrubada posteriormente pela própria Corte por considerar que na denúncia não ficou comprovada.

CONTINUA

03 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Recomendações. Entre os nomes que foram citados pelos delatores da Lava Jato há políticos que perderam o foro privilegiado em razão do fim de seus mandatos parlamentares. Para esses casos, o procurador-geral deve encaminhar um parecer recomendando que a investigação seja enviada à Justiça Federal no Paraná, onde estão sendo tramitados os inquéritos de empresários e outros suspeitos que não têm prerrogativa de foro nos tribunais superiores. No Paraná, os processos relacionados à Lava Jato estão a cargo do ministro Sérgio Moro. Diferentemente do Supremo, no Paraná o caso não está sob sigilo.

Mesmo que Zavascki decida abrir o sigilo das investigações, os nomes dos investigados podem demorar alguns dias para se tornarem públicos. Só após analisar todos os pedidos de investigação e decidir sobre o sigilo em cada uma das petições, o ministro irá liberar as peças.

Desde a chegada das delações premiadas do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef na Corte, Zavascki tem mantido o caso "oculto" no Supremo – grau de sigilo superior ao segredo de Justiça. Hoje, são 42 procedimentos preliminares de investigação.

Deputado indicou empresa para obra, afirma doleiro

● O doleiro Alberto Youssef afirmou em um de seus depoimentos no âmbito da delação premiada que o deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG) indicou uma empresa, a Fidens Engenharia, para atuar em um contrato de construção da refinaria da Petrobrás Premium I, no Maranhão. Segundo o doleiro, o contrato para os serviços de terraplanagem envolveu propina de 1% em relação ao contrato. Faria já havia sido citado como um dos beneficiários do esquema por outro delator: o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa. O parlamentar nega ter feito a indicação da empresa e de ter participado de qualquer ilegalidade. A Fidens também nega ter relações com o deputado.

03 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SUPREMO EM PAUTA: *Eloísa Machado*

ESTADÃO

FGV DIREITO SP

STF vai pôr em prática as lições do mensalão

Na iminência da denúncia ou do pedido de inquérito do procurador-geral da República contra os réus políticos da Operação Lava Jato, são notadas as semelhanças deste caso com a ação penal 470, o mensalão. Ambos se referem a vastos esquemas de desvio de verbas públicas, com investigados poderosos e relações promíscuas entre o público e o privado. Na Lava Jato, com o andamento das investigações e a aplicação de prisões preventivas, apareceram as críticas às condições carcerárias e ao excesso de rigor dos juízes, tal como no caso mensalão. As semelhanças, porém, parecem terminar aqui.

Durante o julgamento é que ficarão claras as diferenças entre os casos. A primeira é a mudança do cenário institucional. Desde o caso mensalão, as ações penais são julgadas pelas turmas do Supremo Tribunal Federal, compostas por cinco ministros, e não mais pelo plenário, com todos os 11. Se essa medida parece adequada para não deixar uma ação monopolizar a agenda da Corte, como no mensalão, por outro lado traz desafios de manter a publicidade do julgamento, já que as sessões do plenário são televisionadas e as das turmas não. Por ora, não se sabe se o julgamento será ou não transmitido, mas será difícil ao STF negar acesso e publicidade dos julgamentos tendo em vista o interesse público no acompanhamento dos casos.

A outra grande diferença está no chamado desmembramento do processo: na Lava Jato, diferentemente do caso mensalão, réus sem prerrogativa de função serão julgados pela Justiça comum, em Curitiba, e não pelo STF. Essa decisão foi tomada e reafirmada por Teori Zavascki recentemente, deixando claro que julgará só os réus com foro privilegiado.

Restará, entretanto, a dúvida sobre a quem será garantido o foro privilegiado: se a todos os agentes com mandato no ato da denúncia – inclusive os que renunciarem para evitar o escrutínio pela mais alta Corte do País – ou se apenas àqueles que mantiverem seus cargos durante o processo. Desde que o foro por prerrogativa de função deixou de ser sinônimo de impunidade, o privilégio virou maldição. Este talvez seja o maior aprendizado deixado pelo caso mensalão e que será colocado em prova no Lava Jato: a capacidade de nossas instituições em aplicar a lei.

São nestas diferenças que vemos algum aprendizado institucional vindo da ação penal 470: deixar as turmas do Supremo julgarem apenas agentes políticos é uma medida que permitirá ao plenário do STF se debriçar sobre outros casos, como o cadastro de empregadores que usam trabalho escravo, reajustes em planos econômicos, anistia a agentes públicos acusados de violações de direitos humanos na ditadura, dentre tantos outros temas primordiais para o País.

PROFESSORA E COORDENADORA DO SUPREMO EM PAUTA DA FGV DIREITO SP

03 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Caso Eike é transferido para novo juiz

Após polêmica envolvendo a guarda dos bens de Eike Batista, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região redistribuiu ontem os processos criminais contra o empresário. Os autos foram transferidos da 3ª Vara Federal Criminal e agora tramitam na 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, cujo titular é o juiz Marcelo Luzio Marques Araújo. A medida atendeu a determinação da ministra Nancy Andrighi, corregedora nacional de justiça, que na quinta-feira passada determinou o afastamento do juiz titular da 3ª Vara Criminal, Flávio Roberto de Souza, do caso.

Os bens apreendidos e levados para o condomínio de Souza foram devolvidos aos seus proprietários, que permanecerão como fiéis depositários dos pertences. O piano voltou para a casa de Eike e uma Range Rover teve a guarda devolvida ao filho do empresário, Thor Batista. O TRF informou que os demais automóveis apreendidos permanecerão no pátio da Justiça Federal. Outros bens como dinheiro em espécie, joias e outros objetos, foram destinados à guarda do Banco Central e da Caixa Econômica Federal. / MARIANA DURÃO

SÔNIA RACY

Noves fora

Artigo simples e curto do Código de Processo Penal, o nº 101, é a arma do advogado Sergio Bermudes para pedir hoje, à Justiça Federal no Rio, a suspensão das decisões tomadas pelo juiz Flávio Roberto de Souza contra seu cliente Eike Batista. “Esse artigo determina que, julgada procedente a suspeição (contra o juiz, que já foi afastado do processo), ficarão nulos os atos do processo principal”, explicou o advogado à coluna.

Souza virou celebridade ao levar para sua casa, e de seu vizinho, carros de Eike e um piano – que seriam leiloados.

Noves fora 2

Se a tese de Bermudes vencer, o novo juiz – Vitor Barbosa Valpuesta – “tem de levar adiante o processo praticamente a partir de zero”.

Curiosidade: perdendo, o juiz suspenso, que pediu licença de saúde, terá de pagar as custas conforme dita a lei...

03 MAR 2015

GAZETA DO POVO

APP vai recorrer de decisão que determina retorno das aulas

Sindicato alega que não tem como cumprir determinação porque o estado ainda não cumpriu os compromissos assumidos

Antonio Senkovski e
Carolina Pompeo

A APP-Sindicato vai pedir nesta terça-feira (3) ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) a suspensão da decisão que manda os professores do 3.º ano do ensino médio voltarem às salas de aula. A entidade sindical alega que o fato de o ano letivo ainda não ter começado traz uma série de problemas a serem resolvidos, como a necessidade de redistribuição de alunos e a contratação de novos funcionários. Hoje, o comando da greve dos professores passa o dia reunido para preparar a assembleia desta quarta (4), data na qual o movimento entrará no 24.º dia e terá votação sobre sua continuidade.

Em liminar despachada no sábado (28), o juiz de plantão Victor Martim Batschke estabeleceu um prazo de 48 horas para o cumprimento do retorno parcial dos profes-

sores às salas de aula. O prazo conta a partir da notificação, que ocorreu nesta segunda (2). Assim, ainda que a decisão judicial seja cumprida, isso ocorreria apenas na quarta-feira (4), dia da assembleia geral da categoria. Por enquanto, as aulas permanecem suspensas.

O presidente da APP-Sindicato, Hermes Silva Leão, diz que em nenhum momento a APP quer questionar a legitimidade do judiciário, mas que a intenção é demonstrar ao TJ-PR a impossibilidade de a sentença ser cumprida. "O governo assumiu o compromisso de consolidar as matrículas, abrir mais turmas, de modo que ainda vai alterar o quadro dos professores. Além disso, o governo também tinha dispensado 10 mil funcionários, não temos como saber como vão ficar essas questões."

A reportagem procurou a Secretaria de Estado da Educação (Seed) para que a pasta se pronunciasse sobre os argumentos da APP, mas o órgão se limitou a enviar a mesma nota mandada à imprensa no sábado (28), quando da decisão do TJ-PR.

No documento, o governo diz estar cumprindo sua parte do acordo e acusa grupos do comando grevista de transformar a paralisação em movimento político, "cujo único

objetivo é desgastar o governo e tumultuar o ambiente social", diz o comunicado. O documento também classifica a greve como "claro desrespeito com as famílias e os estudantes paranaenses."

O juiz responsável pelo caso pode mudar, porque a decisão foi tomada no plantão do judiciário. Quando o processo for redistribuído, para a 4.ª ou 5.ª Câmara Cível, o novo juiz poderá mudar a posição sobre o caso. Por ora, permanece valendo a decisão do relator de plantão. Em seu despacho, ele diz não ser possível declarar a ilegalidade da greve antes que seja realizada a assembleia geral dos professores, marcada para amanhã. Também segundo a liminar não seria possível declarar o movimento abusivo uma vez que todos os trâmites foram seguidos.

Ainda ontem, os professores da rede estadual demonstraram que a mobilização da categoria continua forte, com atos em várias cidades. Houve distribuição de panfletos em Fazenda Rio Grande, caminhada em São José dos Pinhais, e protesto no calçadão de Londrina contra a decisão tomada pelo TJ-PR no fim de semana.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 MAR 2015

“O governo assumiu o compromisso de consolidar as matrículas, abrir mais turmas, de modo que ainda vai alterar o quadro dos professores (...) não temos como saber como vão ficar essas questões.”

Hermes Silva Leão, presidente da APP-Sindicato, que representa os professores da rede estadual do Paraná.

Servidores do Detran marcam assembleia para sexta-feira

Carolina Pompeo
e Rodrigo Batista

A diretoria do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR) é o Sindicato dos Servidores do Detran no Paraná (Sisdep) se reuniram nesta segunda-feira (2) para negociar os pontos de reivindicação da categoria, em especial a criação do quadro próprio para os funcionários. Uma assembleia, marcada para a sexta-feira (6) deve definir os rumos da paralisação, mas o sindicato considerou a proposta do departamento vaga. Segundo nota enviada pelo Detran-PR, o diretor-geral da Secretaria Estadual da Casa

Civil, Alexandre Teixeira, que participou da reunião, é necessário que uma comissão de secretários conheça o teor da proposta de quadro próprio para os servidores e aprove o texto antes do envio à Assembleia Legislativa (Alep).

“A diretoria do Detran se comprometeu a conversar com as secretarias envolvidas para dar celeridade à realização da comissão”, diz a nota.

O Sisdep, entretanto, avaliou a proposta como vaga, segundo o vice-presidente do sindicato, Felipe Sauer. “Ficou no ‘quem sabe, vamos ver’. Nós esperávamos ao menos que a mensagem entrasse na Assembleia Legislativa. Isso já sinalizaria a boa vontade do governo”, criticou.

A paralisação dos servidores do Detran-PR já dura 13 dias. De acordo com o órgão, são

20% dos funcionários parados, mas, segundo o Sisdep, a adesão chegaria a 80% da categoria.

O Detran-PR tem acusado, quase todos os dias o movimento sindical de dificultar o atendimento de cidadãos para os serviços tidos como essenciais, como o processo para a primeira habilitação. Ainda na sexta-feira (27), o órgão obteve na Justiça uma decisão que proíbe esse tipo de ação.

O Sisdep, por sua vez, vem contestando as informações do órgão. Diz que não tem impedido o trabalho de servidores. “Ninguém foi impedido de trabalhar. Estamos atentos para que esse tipo de abuso não ocorra sob o risco de a greve ser declarada ilegal”, reforçou o diretor jurídico do sindicato, Arnaldo Menon.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENSINO SUPERIOR

Sindicatos da Unicentro e da UEPG mantêm greves

■ Mais dois sindicatos que representam professores das universidades estaduais confirmaram, nesta segunda-feira (2), em assembleia, que continuarão em greve. Na Associação de Docentes da Unicentro (Aduni-centro), cerca de 300 professores aprovaram a manutenção da greve.

A instituição têm, ao todo, cerca de 800 professores. "Há uma indignação generalizada em torno das alterações na Paranaprevidência, na autonomia universitária e, obviamente, o atraso no terço de férias", diz o representante do comando de greve Thiago Reisdorfer.

Manoel Moabis, representante do comando de greve e integrante do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg), disse que houve aprovação unânime pela permanência da greve dos professores na universidade.

Cerca de 400 pessoas estiveram em assembleia na tarde de segunda (2), com duração aproximada de duas horas.

"Mantivemos a greve considerando que o governo do estado não abriu negociação com as universidades, o governo apenas comunicou o que pretende fazer e está muito longe de atender às reivindicações."

Os servidores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM) também decidiram por manter suas paralisações.

Outras instituições – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) – realizam suas assembleias nesta quarta-feira (4). A tendência é de que elas também decidam pela manutenção das greves. **(AS)**

03 MAR 2015

CELSO NASCIMENTO

SECRETÁRIO VAI INSISTIR EM ENTERRAR A PREVIDÊNCIA

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo – pivô de grande parte do desastre apontado pela Paraná Pesquisas – vai nesta quarta-feira à Assembleia Legislativa cumprir a obrigação de prestar contas do último quadrimestre da gestão passada. Será a oportunidade para insistir no projeto que saca R\$ 8 bilhões da Paranaprevidência como forma de sanear as finanças do estado. Mas ouvirá de deputados que se esclareceram com o ex-presidente da Paranaprevidência Jayme Azevedo Lima de que estará cometendo uma ilegalidade. Azevedo argumenta: a instituição é um serviço social autônomo, ou seja, detém autonomia e soberania, cabendo ao governo apenas indicar diretores e conselheiros. Além disso: os tais R\$ 8 bilhões não pertencem ao governo, mas aos servidores que contribuíram. E mais: se o governo depositar sua contraparte (atrasada) de R\$ 5 bilhões, parcelada em 50 anos como previu a Lei 17.645/12, a Paranaprevidência tem sobrevida garantida por pelo menos mais 75 anos. Por que mexer nela?

03 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Dívida de curto prazo do PR cresce e atinge R\$ 1,3 bi

Débito do governo com fornecedores pode ser ainda maior e chegar a R\$ 1,6 bilhão, montante equivalente a obras e serviços que ainda estão em execução

Rogério Waldrigues Galindo

O governo do Paraná tem uma dívida de curto prazo de R\$ 1,3 bilhão com fornecedores, de acordo com relatório contábil divulgado no Diário Oficial do Executivo desta segunda-feira (2). O montante se refere à chamada "dívida processada" — ou seja, já reconhecida pelo estado, que ocorre quando o governo verifica que as obras, serviços ou produtos adquiridos efetivamente foram entregues.

Mas o débito do governo com fornecedores pode ser ainda maior, chegando a R\$ 1,6 bilhão. Isso porque há débitos "não processados" de mais R\$ 300 milhões. Esse é o montante de obras ou serviços contratados em execução e que ainda precisam ser entregues e verificados.

Aumento

Os números mostram um aumento em relação à dívida registrada no ano passado e um aprofundamento da crise fiscal por que passa o governo.

Em janeiro de 2014, a então secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, chamou a atenção pela primeira vez para o valor da dívida de curto prazo do governo, que na época estava em R\$ 1,1 bilhão. Depois disso, o governo afirmou que estava reduzindo o passivo.

Gastos com pessoal

Os dados do relatório final da contabilidade de 2014, divulgado nesta segunda-feira, mostram ainda que mais uma vez o Executivo ficou acima do limite prudencial para gasto com pagamento de pessoal. O limite é estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal — a cada vez que o governo ultrapassa esse patamar fica exposto a restrições de crédito.

O fato de o estado ter permanecido acima do limite prudencial, por exemplo, foi um dos fatores usados pelo governo federal para negar empréstimos ao Paraná.

Segundo o relatório, o governo gastou no ano passado 46,76% das receitas correntes líquidas com folha de pagamento. O limite prudencial é de 46,55%. No entanto, o Executivo ainda está abaixo do patamar máximo ditado pela legislação, que é de 49% das receitas.

O número também mostra uma evolução positiva em relação a períodos anteriores do governo Beto Richa (PSDB). No segundo quadrimestre de 2014, encerrado em agosto, o Executivo tinha gastos com pessoal da ordem de 48,1% das receitas.

Na série histórica, o número divulgado nesta segunda-feira é o melhor resultado obtido pelo governo desde o final de 2012.

R\$ 1,1 BILHÃO

era o valor da dívida de curto prazo do governo paranaense no início do ano passado.

46,76%

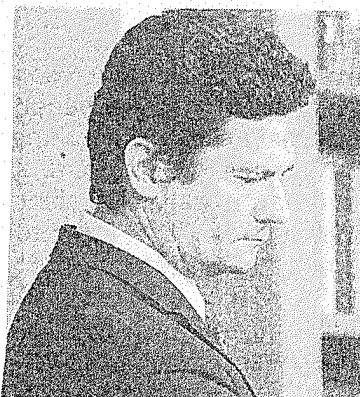
das receitas do estado foram gastas no ano passado com o pagamento de salários. O estado está acima do limite prudencial previsto em lei.

03 MAR 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Audiência tensa



A audiência desta segunda-feira (2) na Justiça Federal em Curitiba para oitiva do delegado da Polícia Federal Márcio Anselmo no processo contra o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e o lobista Fernando Soares foi marcada pela tensão entre o **juiz federal Sérgio Moro (foto)** e o advogado de Soares Nélio Machado. No início da audiência o juiz federal concedeu cinco minutos para a defesa de Soares fazer suas considerações sobre o processo. "Não há prazo para a defesa se manifestar. Vossa Excelência criou uma legislação própria. Vossa Excelência fixa aleatoriamente cinco minutos", reclamou o advogado. Impaciente, Moro respondeu: "Doutor, nem no Supremo Tribunal Federal existe tempo ilimitado. A única pessoa que tinha tempo ilimitado para falar seria o Rui Barbosa e não é o caso aqui. Então vamos seguir a audiência".

Em aula 1

À noite, Sérgio Moro deu uma palestra sobre o crime de lavagem de dinheiro na Escola da Magistratura Federal do Paraná. Durante a palestra, ele usou exemplos do processo do mensalão para exemplificar algumas questões polêmicas sobre a interpretação jurídica do tema. Moro não falou sobre a Lava Jato.

Em aula 2

O magistrado falou sobre a importância da criminalização da lavagem de dinheiro, que no Brasil ocorreu no final da década de 1990. Ele disse que, ao possibilitar condenações por esse tipo de crime, tornou-se mais fácil investigar e punir organizações criminosas. Depois, discursou sobre duas questões sobre a interpretação da lei: a confusão com o crime de corrupção, e a possibilidade ou não de existir o dolo eventual.

03 MAR 2015

GAZETA DO POVO

AGU derruba ação de anulação de novas regras do Fies

¶ A Advocacia-Geral da União (AGU) derrubou, na Justiça Federal em Pernambuco, um, pedido de anulação das portarias do Ministério da Educação (MEC) que alteram as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A ação foi movida pelo Sindicato das Instituições Particulares de Ensino Superior de Pernambuco (Siespe). As informações são da Agência Brasil.

As portarias 21 e 23 de dezembro de 2014 trouxeram alterações para a concessão de novos contratos do Fies, como a necessidade de o estudante obter média de 450 pontos nas provas do Enem e não ter tirado zero na redação.

Na avaliação da Siespe, as portarias reverteram o processo de expansão do Fies. O sindicato afirmou ainda que a condicionante de nota e de nota maior que zero na redação retroagia a 2010. De acordo com a AGU, os advogados demonstraram a validade das normativas para viabilizar o ingresso dos estudantes no ensino superior.

“Os advogados da Procuradoria-Regional da União da 5.ª Região [órgão da AGU] sustentaram que as portarias do MEC estavam em conformidade com a legislação que criou o Fies. Afirmaram que a Constituição Federal assegura o direito subjetivo ao ensino básico, diferentemente ao acesso ao ensino superior, que é previsto de modo condicional, isto é, a partir do desempenho dos estudantes no ciclo de aprendizagem”, informou a AGU.

A procuradoria registrou que é competência do MEC alterar o formato do Fies, com a edição das novas regras com conteúdo meritocrático e razoável, em prol da eficiência do sistema de ensino.

A 21.ª Vara Federal de Pernambuco acolheu os argumentos da AGU e indeferiu o pedido de liminar. A decisão estabeleceu prazo de 20 dias para a União se manifestar sobre as alegações da Siespe sobre suposta quebra de isonomia entre as instituições de ensino em razão das mudanças no Fies.

BEMPARANÁ 03 MAR 2015

Dívida do governo do Estado ultrapassa R\$ 1,6 bilhão

CAIXA

R\$ 1,1
bilhão

era a dívida do
governo do Estado
com fornecedores
em janeiro de 2014

Total se refere a “restos a pagar” de 2014 com fornecedores
de bens e serviços, segundo balanço

Ivan Santos

O governo do Estado fechou 2014 com uma dívida de R\$ 1,691 bilhões com fornecedores de bens e serviços. O dado foi divulgado ontem no relatório de execução orçamentária publicado no Diário Oficial do Estado. Inicialmente, a dívida estimada era de R\$ 1,2 bilhão, mas a consolidação dos dados revelou o aumento do total dos débitos. O assunto deve ser um dos principais temas a serem levantados na audiência pública do atual secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, amanhã na Assembleia Legislativa.

O valor é quase R\$ 600 milhões a mais do que os R\$ 1,1 bilhão da dívida contabilizada até dezembro de 2013, revelado pela então secretária de Estado da Fazenda, Jozélia Nogueira.

Na época, o governo argumentou que a dívida teria sido acumulada por investimentos e obras antecipados na expectativa da liberação de empréstimos de organismos financeiros nacionais e internacionais que não haviam sido autorizados pelo governo federal. O governador Beto Richa (PSDB) acusou a União de discriminação política por interesse eleitoral, relacionando o blo-

queio dos créditos à candidatura da ex-chefe da Casa Civil e senadora Gleisi Hoffmann (PSDB) ao governo nas eleições do ano passado.

O governo federal e a petista negaram as acusações, atribuindo a dificuldade de liberação a problemas de gestão da administração Richa. O dinheiro acabou sendo liberado por determinação judicial, mas o Estado voltou a ter problemas de caixa para saldar suas dívidas.

O problema levou a atrasos no pagamento de serviços como manutenção e combustível para viaturas policiais e ambulâncias, falta de material de uso diário em delegacias e paralisação de obras. O governo anunciou então a suspensão e revisão de contratos, e o escalonamento do pagamento dessas dívidas. Em setembro do ano passado, o novo secretário da Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani, anunciou em audiência pública na Assembleia Legislativa, que o total da dívida relativa a 2013 já havia sido reduzida para R\$ 708 milhões em abril e R\$ 347 milhões em setembro. Segundo ele, 85% das dívidas tinham valores máximos de R\$ 40 mil e envolviam pequenos fornecedores. A expectativa, segundo ele, era quitar tudo até o final do ano.

Ocorre que desde então o governo voltou a enfrentar problemas de caixa, já que a queda na atividade econômica do País – segundo o Executivo – teria afetado as receitas, que não cresceram como se esperava. Na prática isso significa que apesar de ter praticamente zerado a dívida relativa a 2013, o Estado passou a acumular novos débitos com fornecedores, de bens e serviços contratados no ano passado.

Revisão - Ao tomar posse, o governador anunciou que estava baixando 18 decretos, entre eles a determinação para que todos os contratos com fornecedores e empresas terceirizadas fossem revistos, assim como as dívidas pendentes dos mesmos. A previsão agora é de que a situação só deve começar a ser regularizada em abril, quando começa a entrar no caixa do Estado os recursos adicionais oriundos do aumento de impostos como IPVA e ICMS propostos pelo Executivo e aprovados pela Assembleia em dezembro. Isso porque pelo princípio legal da “noventena”, esses aumentos só podem começar a serem cobrados 90 dias após sua sanção.

FOLHA DE S. PAULO

Procurador pedirá hoje investigação contra políticos

DE BRASÍLIA

Os pedidos de investigação sobre políticos citados na Operação Lava Jato serão enviados pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça-feira (3).

Conforme a **Folha** apurou, Janot irá pedir que o relator dos processos no Supremo, Teori Zavascki, levante o sigilo das investigações, o que deve ser aceito pelo ministro. A decisão do magistrado, no entanto, não tem prazo para acontecer.

Além disso, como o ministro irá avaliar cada um dos cerca de 40 pedidos de investigação e só divulgará sua decisão ao final do processo, a revelação dos nomes e possíveis crimes cometidos por políticos acontecerá mais para o final da semana ou na semana que vem.

Caso as expectativas se confirmem e Zavascki levan-

te o sigilo dos inquéritos, será possível acompanhar os processos através do site do STF. O sigilo só deve ser mantido em casos de diligências que podem ser frustradas caso sejam reveladas — como no caso de um eventual pedido de grampo telefônico, por exemplo.

Com a entrega do material, Janot espera que o assédio que vem sofrendo de políticos seja dividido com Zavascki e o STF.

Conforme a **Folha** revelou, deputados e senadores o tem procurado com a justificativa de discutir projetos que tramitam no Congresso ou simplesmente agendar visitas de cortesia.

Como parte dos políticos que têm feito tais pedidos estão na lista de investigados, procuradores que atuam no caso acreditam que eles tentam, na verdade, confirmar se serão ou não alvo de inquéritos no STF. Janot não tem recebido estes políticos.

Nos últimos dias ele têm se queixado de reportagens que insinuam que ele poderia estar protegendo alguma autoridade citada nas delações. (SEVERINO MOTTA)

PAINEL Pas de deux

Rodrigo Janot e Teori Zavascki combinam passo a passo os procedimentos que serão adotados a partir da entrega, pelo procurador-geral da República, das cerca de 40 petições sobre os políticos a serem investigados no âmbito da Operação Lava Jato. O relator do caso no STF retirará o sigilo dos pedidos de abertura de inquérito apenas depois de ler a fundamentação de cada um e tomar a decisão. A partir disso, será possível saber os nomes, a justificativa de Janot e a decisão de Zavascki.

Tempo Os pedidos chegarão ao gabinete de Zavascki, e somente serão registrados após a decisão do relator. A retirada do sigilo pode levar de dias a semanas, segundo pessoas que acompanham a rotina dos trabalhos no STF.

Sem trégua O ministro tem dito a assessores que trabalhará “dia e noite” para acelerar a publicidade dos nomes, pois entende a mobilização gerada pelo caso.

03 MAR 2015

MÔNICA BERGAMO

A SEGUNDA PEDRA

Os depoimentos dos executivos da Camargo Corrêa que aderiram à delação premiada devem elevar ao máximo a tensão entre as outras grandes empreiteiras do país. O acordo com o Ministério Público prevê que eles admitam claramente que faziam parte de um cartel. Ou, como já definido por outra empresa, a Toyo Setal, de um “club” que dividia a execução de obras no país.

PROPINA PURA

Dalton Avancini, presidente da Camargo Corrêa, e Eduardo Leite, vice-presidente, devem sustentar que a licitação que escolheu o consórcio que construiria a usina de Belo Monte, na Amazônia, foi regular.

Ainda assim, teria havido pagamento de propina — seguindo costumes consolidados no setor.

OUVI FALAR

A expectativa do Ministério Público é a de que partidos sejam citados. Já se admite, no entanto, que os executivos não apresentem provas de que o dinheiro chegou às legendas. É que ele teria sido entregue a diretores da Petrobras (como Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Renato Duque) e de estatais da área de energia. E não diretamente a dirigentes políticos.

03 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Professores mantêm a greve, apesar da sentença

Diretoria da APP-Sindicato foi notificada da
decisão judicial na manhã de ontem



O Sindicato dos
Trabalhadores
da Educação do
Paraná (APP-

Sindicato) foi notificado oficialmente na manhã desta segunda-feira (2) sobre a liminar que determina 30% dos professores do terceiro ano do Ensino Médio retornem às atividades, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. A decisão, porém, não garante o encerramento da greve ou retomada das aulas e a APP promete recorrer da decisão ainda nesta tarde de segunda.

A justificativa da ação é que existe risco evidente e irreparável do conteúdo para os fins do concurso vestibular, provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e recomposição do calendário escolar. Porém, a APP-Sindicato já havia informado no sábado que a ordem não seria cumprida. "A assembleia marcada para quarta-feira (4) é soberana e não há como voltar às aulas antes disso", afirmou o presidente da APP, Hermes Leão. ■

Dívida do governo com fornecedores passa de R\$ 1,6 bi

Valor da dívida foi publicada no Diário Oficial do Estado

S Relatório das finanças públicas divulgado no Diário Oficial do Executivo do Paraná desta segunda-feira mostra que a dívida de curto prazo cresceu ainda mais e já passa de R\$ 1,6 bilhão. No relatório preliminar sobre os mesmos dados, divulgado no fim de janeiro, o resultado apresentado para essa mesma informação era de R\$ 1,2 bilhão. Agora, com os dados consolidados, viu-se que havia ainda mais dívidas a pagar.

O resultado consta do relatório sob a rubrica "Inscrição em restos a pagar não processados". É aí que aparecem, prin-



O secretário Mauro Costa tem a tarefa de solucionar os pagamentos

cipalmente, os débitos do governo com fornecedores. Compras de produtos e serviços que ainda estão pendentes.

A primeira vez em que esse número chamou a atenção na gestão de Beto Richa (PSDB) foi no início de 2014, quando a

então secretária de Fazenda, Jozélia Nogueira, afirmou que o estado devia R\$ 1,1 bilhão a fornecedores. ●

Divulgação da lista de Janot causa tensão em Brasília

A semana começa tensa em Brasília: ao longo dos próximos dias o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve entregar ao STF a lista com os pedidos de investigação contra políticos com mandato citados no petrolão. A expectativa é que a lista de Janot seja finalmente conhecida entre hoje e amanhã. Ao longo do final de semana, procuradores da República que elaboraram as peças contra autoridades citadas na Lava Jato se dedicam

a reler todo material, elaborado com base nas delações do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Os oito procuradores que integram o grupo de trabalho coordenado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tentam concluir o trabalho para que o material chegue até quarta ao STF – nos casos que envolvem parlamentares – e ao STJ – no caso de governadores. ●



Janot pretende apresentar até amanhã toda a lista

Aula de Sérgio Moro

O juiz federal Sérgio Moro ministrou ontem a aula inaugural do Curso Preparatório para a Carreira da Magistratura Federal na Escola de Magistratura, em Curitiba. A aula foi sobre lavagem de dinheiro e teve transmissão pelas redes sociais.